

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 55 - Brasília, quarta-feira, 16 de agosto de 1995

Congresso promulga emendas que abrem a economia do país

Ao presidir a sessão solene do Congresso, Sarney manifesta convicção de que o governo não usará os novos instrumentos senão para defender o Brasil

Malan convocado para explicar as intervenções

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou a convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, para explicar as intervenções nos bancos Econômico, Comercial de São Paulo e Mercantil de Pernambuco. Na reunião, ficou acertado também o convite ao secretário José Milton Dallari para explicar denúncias que o envolvem com empresas. **Página 3**

Senado aprova compulsória aos 75 anos

O Senado aprovou ontem, em 1º turno, por 64 votos favoráveis e 10 contra, proposta de emenda constitucional de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que eleva a idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos civis, de 70 para 75 anos. Após três sessões ordinárias dedicadas à sua discussão, a emenda será votada em 2º turno no Senado e, em seguida, enviada para a Câmara.



Pedro Simon

A aprovação das emendas constitucionais propostas pelo governo, na opinião do presidente do Congresso, José Sarney, não representa uma forma de abdicação do patrimônio nacional como afirmam os críticos das mudanças. "Ao contrário", disse ele, "estamos ampliando esse patrimônio, ao possibilitar a abertura da economia ao setor privado, resguardando os interesses nacionais, sem aberturas selvagens nem intimidações xenófobas".

Sarney presidiu ontem a ses-

são solene de promulgação das quatro primeiras emendas que modificam o capítulo da Ordem Econômica na Constituição. As emendas alteram dispositivos que se referem a gás canalizado, conceito de empresa nacional, navegação de cabotagem e telecomunicações.

Ao encerrar a solenidade, Sarney referiu-se à Constituição de 1988, que, em sua opinião, foi feita sob forte pressão emocional e com os olhos voltados para o passado de onde o país emergia. Segundo acredita, isso criou alguns

impasses, como a excessiva presença do Estado em atividades que não seriam de sua competência.

Sarney destacou que o Congresso Nacional cumpriu o seu dever, em sintonia com o Presidente da República, com a certeza de que o governo "não usará esses instrumentos senão para defender o Brasil".

Estiveram presentes à sessão os ministros do Planejamento, José Serra, Comunicações, Sérgio Mota, da Administração, Bresser Pereira, e da Previdência, Reinhold Stephanes.

Os senadores José Sarney e Benedita da Silva recebem o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos (D), que visitou ontem o Congresso Nacional. O presidente angolano elogiou o tratamento do governo brasileiro ao seu país. **Página 2.**



NESTA EDIÇÃO

Comissão quer acelerar Código Civil

Página 4

Plano para o Basa criticado por Ademir

Página 3

Parecer sobre salário vai entrar na pauta

Página 4

Requião propõe alternativas para a Lei de Patentes

É possível encontrar posições que resguardem o interesse nacional sem ferir as diretrizes internacionais, afirma o senador

"Chegou a hora de sentar-se à mesa e adotar-se uma redação final que atenda os interesses do país", afirmou ontem o senador Roberto Requião (PMDB-PR), ao propor alternativas ao que considera pontos polêmicos do projeto de lei que regulamenta as patentes no Brasil. Segundo o senador, as alternativas por ele indicadas podem "configurar posições quase consensuais da sociedade

de brasileira e que resguardam o interesse nacional, sem ferir as diretrizes internacionais implementadas".

Requião relacionou três pontos que considera polêmicos: microorganismos, exaustão de direitos e prazo de transição. Ele propôs que seja negado o



Roberto Requião

patenteamento para microorganismos, defendeu sem restrições a exaustão de direitos - que integra o projeto de lei original e que foi mantido pela Câmara dos Deputados - e um prazo de cinco anos para adoção de novos padrões de patenteabilidade.

Senado aprova criação de Procuradoria Parlamentar

O Senado aprovou ontem projeto de resolução de autoria do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) que institui a Procuradoria Parlamentar da Casa. O novo órgão será constituído por cinco senadores designados pelo presidente do Senado, com mandato de dois anos, renovável uma vez.

Caberá à Procuradoria Parlamentar trabalhar em colaboração com a Mesa Diretora e, por determinação desta, promover

"a defesa, perante a sociedade, do Senado, de suas funções institucionais e de seus órgãos

e integrantes, quando atingidos em sua honra ou imagem em razão do exercício do mandato".

OAB quer mudar imunidade

O presidente do Senado Federal, José Sarney, vai encaminhar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o pedido do presidente da OAB-DF, Luiz Filipe Ribeiro Coelho, para que o Congresso modifique o artigo 53

da Constituição, que trata da imunidade parlamentar.

Os advogados querem o fim da prerrogativa dos parlamentares de só serem processados por crime comum com licença prévia da Casa a que pertençam.

Homenagem ao presidente de Angola

Homenageado na manhã de ontem pelo Congresso Nacional, o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, elogiou o tratamento que o governo brasileiro vem dando àquele país, classificando a diplomacia praticada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso como lúcida e coerente. Ele louvou também o governo do presidente Sarney, dizendo que este foi o primeiro presidente da República a visitar Angola depois de sua independência

Ao homenagear o presidente de Angola, Sarney disse que aquele país tem um importante papel político e econômico a desempenhar no equilíbrio regional da África Austral.

Preconizando o estreitamento das relações entre os dois países, Sarney destacou que ao Congresso brasileiro cabe acompanhar e sugerir ações para encorajar os esforços de paz em Angola, participando ativamente dessa iniciativa. O presidente do Senado lembrou o orgulho que tem o Brasil por ter sido o primeiro país do mundo a reconhecer a independência de Angola.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

10h - Despachos internos.

11h - Recebe o Presidente da CONAS, José Wanderley Neto, e secretários de saúde.

11h30 - Recebe a secretária de Turismo do Estado de Alagoas, Tereza Collor.

12h - Recebe o deputado Germano Rigotto e o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Gil Soares.

12h30 - Recebe o presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, José Emmanuel Burle Filho.

14h30 - Preside a Sessão Ordinária do Senado Federal.

PLENÁRIO

11h - Sessão do Congresso Nacional

Pauta: Vetos presidenciais, totais e parciais, a 14 projetos e Projeto de Lei nº 8/95-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de R\$ 298.849,00 (duzentos e noventa e oito mil e oitocentos e quarenta e nove reais), para os fins que especifica". (Discussão em turno único)

14h30 - Sessão Ordinária do Senado Federal

Pauta: Diversas matérias destacando-se: "PLC nº 11/93, que dispõe so-

bre a publicação de nomes e fotografias de vítimas de crimes contra os costumes; e "PLC nº 42/93, que estabelece medidas preventivas de proteção ao trabalho dos tripulantes de aeronaves de serviços agrícolas.

COMISSÕES

9h30 - Comissão Especial destinada ao estudo do PLC nº 73/94, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Pauta: Reunião de trabalho. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Pauta: Matérias de competência da comissão destacando-se: PEC nº 39/95 (discussão e votação), que flexibiliza o monopólio do petróleo; e "PLS nº 29/95 (terminativo), que institui eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Pauta: "PLC nº 117/94, (não terminativo) que altera dispositivos do Decreto-lei nº 227/67 (Código de Mineração). Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h30 - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Pauta: Palestra do Embaixador José Botalogo Gonçalves. Local: Plenário 10 - Anexo II da Câmara dos Deputados.

INTERVENÇÃO NOS BANCOS

Comissão convoca Malan e Loyola



Humberto Lucena

Investigação na dívida interna

O endividamento do setor público é a causa maior da inflação, que poderá recrudescecer. O alerta foi feito ontem pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), ao informar que vai propor a constituição de uma comissão especial para aprofundar estudos sobre a dívida pública interna do país.

O pronunciamento de Humberto Lucena foi apoiado pelos senadores Esperidião Amin (PPR-SC), Jäder Barbalho (PMDB-PA), Vilson Kleinübing (PFL-SC), Ney Suassuna (PMDB-PB), Romero Jucá (PFL-RR), Antonio Carlos Valadares (PP-SE) e Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Homenagem a Fernando Bezerra

O líder do governo, senador Elcio Álvares (PFL-ES), registrou ontem a escolha do senador Fernando Bezerra (PMDB-PE) para presidente da Confederação Nacional da Indústria. Saudando "todos os industriais brasileiros pelo gesto de bom senso", ele fez questão de elogiar o representante potiguar, por sua liderança parlamentar e política. Todos os senadores presentes e o presidente do Senado, José Sarney, juntaram-se à homenagem.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, deverão comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) na próxima terça-feira, dia 22, para dar explicações minuciosas sobre a intervenção nos Bancos Econômico, Comercial de São Paulo e Mercantil de Pernambuco. Requerimento nesse sentido, de autoria do presidente da CAE, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), foi aprovado na manhã de ontem pela comissão.

Malan e Loyola também deverão esclarecer "a situação dos bancos comerciais que vêm recorrendo ao redesconto - socorro eventualmente prestado pelo Banco Central às instituições bancárias para fechamento do caixa -, nos últimos 90 dias", bem como apresentar relação contendo o valor diário dessas operações e os respectivos bancos, no mesmo período.

Lauro aponta estatização do prejuízo

O senador Lauro Campos (PT-DF) acusou o governo de permitir a estatização dos prejuízos do Banco Econômico, que segundo ele chegou ao estado de insolvência devido à má administração. O senador fez uma análise sobre a crise da dívida pública brasileira, a relação do Estado e do Banco Central com os bancos privados e também um histórico sobre déficit público como forma de financiar desenvolvimento econômico, corrida armamentista e políticas sociais.

O senador disse que os Estados Unidos têm 60 anos de déficits públicos sucessivos. "Usa-se o endividamento público para pagar empreiteiras, para fazer a corrida arma-



A Comissão de Assuntos Econômicos debateu as intervenções

O ministro e o presidente do BC deverão explicitar ainda o volume e a composição das reservas cambiais brasileiras, estimadas em US\$ 41 bilhões. O senador Esperidião Amin (PPR-SC), que pediu a inclusão desse item no requerimento de convocação, disse que é preciso esclarecer o percentual do volume das reservas que corresponde ao chamado "dinheiro de motel" (capitais voláteis especulativos) e o montante efetivamente consolida-

do nas contas.

Na mesma reunião, foi marcada para o próximo dia 23, quarta-feira, a vinda de José Milton Dallari, secretário de Acompanhamento Econômico, para explicar as denúncias sobre seu envolvimento com empresas do setor privado.

A Comissão de Assuntos Econômicos também aprovou autorização solicitada pelo governo de Santa Catarina para a rolagem de sua dívida mobiliária.



Lauro Campos

mentista, o programa espacial e até para programas sociais", explicou.

O senador disse, no entanto, que não se justifica é usar dinheiro público para salvar bancos falidos. "Equivale a amarrar cachorro com lingüiça, essa relação podre", definiu Lauro Campos.

O senador lembrou inclusive o caso que envolveu na década de 70 o atual proprietário do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá, que era, na ocasião, ministro da Indústria e Comércio no governo Geisel. O Banco Econômico emitiu um cheque administrativo sem fundos, e houve pressões pela demissão de Calmon de Sá, rechaçadas pelo presidente Geisel.

Ademir critica reestruturação do Basa

Uma proposta de reestruturação do Banco da Amazônia (Basa), preparada pelo Comitê de Coordenação das Instituições Financeiras Federais, foi repudiada ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), com o argumento de que os seus autores desconhecem a realidade da região e a iniciativa afeta o desenvolvimento.

Entre outras medidas, o comitê propõe que o número de agências do Banco seja reduzido de 104 para apenas nove, ou seja, uma em cada capital da Amazônia. O senador defendeu a ampliação da rede de agências.

Klein vai falar sobre hidrovias do S. Francisco

A Comissão Especial sobre o Vale do São Francisco vai ouvir o ministro dos Transportes, Odacir Klein, na próxima terça-feira, dia 22, sobre o projeto de uma hidrovia para aquele rio. O comparecimento do ministro foi anunciado pelo presidente da Comissão, senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Participaram do painel de ontem o superintendente da área de planejamento do BNDES, Sérgio Besserman Vianna; Amaro Farias Filho, representante do BNB; a secretária-adjunta de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Stael Martins Baltar; e o representante do Banco do Brasil, Waldenor Cesário Mariot.



Comissão ouve o professor Alvaro Vilaça, da USP

Comissão quer apressar exame do Código Civil

Os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Josaphat Marinho (PFL-BA), respectivamente presidente e relator-geral da comissão especial formada do Senado que analisa o projeto do Código Civil, já aprovado pela Câmara dos Deputados, manifestaram ontem a firme disposição dos membros da comissão em concluir o trabalho ainda a tempo de levar a matéria ao plenário da Casa

este ano.

A tendência é que o Senado aprove um Código Civil com modificações em relação ao texto aprovado pela Câmara. Com isso, a proposta voltaria para novo exame por parte dos deputados.

Reunida na manhã de ontem, a comissão ouviu palestra do professor Alvaro Vilaça, diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Relatório sobre salários vai entrar na pauta

O presidente do Senado, José Sarney, vai colocar na pauta de votações do Congresso, na próxima semana, o parecer do senador Coutinho Jorge (PMDB-PA) sobre a medida provisória da desindexação da economia.

“O Congresso não será omissivo nem constituirá ob-

táculo à sociedade brasileira”, disse ontem o senador José Sarney, ao receber o relatório das mãos dos senadores Coutinho Jorge e Ademir Andrade e dos deputados Paulo Paim e Jair Meneguelli.

O parecer de Coutinho introduz mecanismo de proteção dos salários mais baixos.

Jucá pede escritório do Itamaraty no Norte

O Ministério das Relações Exteriores precisa instalar uma representação em Manaus, a fim de facilitar a participação dos países do norte do Continente no Mercosul. Sugestão nesse sentido foi apresentada pelos senadores Romero Jucá (PFL-RR) e Sebastião Rocha (PDT-AP). Jucá argumentou que a presença do Itamaraty em Manaus irá fortalecer os laços comerciais do Brasil com Venezuela, Colômbia e Guianas.

Rocha tenta ouvir Jatene sobre tributo

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) insistiu ontem na convocação do ministro da Saúde, Adib Jatene, para que explique as razões que o levaram a sugerir a criação de mais um tributo - a Contribuição sobre Movimentação Financeira.

O senador disse não saber se a proposta de Jatene deve ser aceita ou não, mas que os parlamentares precisam discutir-la com seriedade e profundidade antes de decidir.

França elogia atuação do Senar

O trabalho desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) foi destacado pelo senador João França (PP-RR) como importante contribuição ao aperfeiçoamento da mão-de-obra no campo e, consequentemente, ao progresso da agricultura brasileira. Criado há dois anos, o Senar é uma entidade de direito privado, vinculada à Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djulba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.